

VIII Seminário Internacional sobre

**Desenvolvimento regional**

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado

**UNISC**  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DO PROUNI EM UMA IES DA REGIÃO NOROESTE DO RS**

Mauro Alberto Nuske

Nedisson Luis Gessi

Sérgio Luis Allebrandt

Nelson José Thesing

**Resumo:** Este artigo trata uma análise do Programa Universidade para Todos – ProUni, a partir de um estudo de caso aplicado aos bolsistas de uma instituição de ensino superior da Região Noroeste do RS. A metodologia utilizou-se das abordagens dedutiva, quantitativa e qualitativa; procedimentos histórico, comparativo e estudo de caso; e técnicas de observação direta extensiva, com aplicação de questionário através da internet, com o Google Docs. Dentre os resultados, verifica-se que os bolsistas do ProUni desta IES são, em sua maioria, jovens entre 18 e 24 anos, que residem nas proximidades, e que ainda não percebem, no curto prazo, mudanças em termos de oportunidades de trabalho ou crescimento profissional. Apontam também um quase total desconhecimento da legislação do programa, corroboradas por sugestões de mudanças que contrapõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, como é o caso da troca de curso entre áreas distintas. Além disso, apontam dificuldades de adaptação, as quais são amenizadas ou suprimidas pelo conjunto da comunidade acadêmica. Por fim, reforçam a importância do ProUni como política pública de acesso ao ensino superior, promovendo a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos, tanto diretamente, que são os bolsistas, quanto indiretamente, como a família, as organizações e a sociedade como um todo.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Ensino Superior, Programa Universidade para Todos – ProUni.

### **Introdução**

O Ensino Superior viveu momentos distintos nos últimos anos, não apenas pelo seu crescimento “incentivado” pelo Plano Nacional de Educação, mas também, pelos programas de ampliação ao acesso à Educação Superior, como a expansão de instituições públicas, e também, com programas de acesso e permanência no ensino superior.

Conforme o Portal Brasil (2016), dados do Ministério da Educação informam que, em 12 anos, o Brasil teve crescimento de 80% no número de concluintes do Ensino Superior. Enquanto em 2002, apenas 466,2 mil alunos completaram as atividades de graduação em universidades públicas e privadas, mais de 837,3 mil alunos puderam colocar a conclusão do Ensino Superior no currículo em 2014. Para se ter uma ideia, entre 1995 e 2002, o País teve um total de 2,4 milhões de concluintes do Ensino Superior. Já com os programas de acesso à educação superior, como o

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios  
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*

Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o número saltou para 9,2 milhões de graduados entre 2003 e 2014.

Com mais alunos se formando e mais investimentos no ensino superior, aumentou também o número de mestres, mestres profissionais e doutores no País. Entre 2002 e 2014, o número de titulados por ano mais que dobrou: foram 31,3 mil em 2002 e 66,9 mil no ano de 2014.

Mais do que quantidade, os investimentos em especialização também levaram a formação e a consolidação da educação de mestres e doutores para Estados que antes não tinham estrutura. Em 2002, os Estados de Tocantins, Amapá e Roraima não contavam com curso de especialização. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 11 dos 19 Estados tinham até 1.296 alunos de pós-graduação. Em 2014, apenas quatro Estados do Norte continuam com números abaixo desse índice, devido à baixa densidade populacional.

A partir desse contexto, verifica-se a relevância das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior no contexto brasileiro, destacando-se ProUni, o qual é objeto de estudo aqui proposto. Este programa possibilitou, desde a sua criação em 2004, com a inserção de mais de 3 milhões de estudantes carentes no ensino superior, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores de desenvolvimento do Brasil.

O estudo foi aplicado em forma de estudo de caso aos bolsistas do ProUni de uma instituição de ensino superior da Região Noroeste do RS, e buscou avaliar os principais impactos, tanto positivos quanto negativos, bem como as oportunidades de melhorias que são apontados pelos pesquisados.

## **2 Revisão Bibliográfica**

### **2.1 Desenvolvimento**

De acordo com as abordagens da complexidade e do realismo crítico, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo aberto e evolutivo, que ocorre em sociedades interpretadas como estruturas dissipativas, o que implica reconhecer que as estruturas sociais emergem fundamentalmente a partir das interações locais entre seus constituintes, cujos caminhos não podem ser previstos, o que descarta a efetividade de um planejamento centralizado. (SILVA NETO, 2004, *apud* SIEDENBERG, 2012, p. 118).

Para Trennepohl (2011), a preocupação com a qualidade de vida da população, com os mecanismos centrais na determinação da dinâmica de desenvolvimento de distintos espaços sociais e com os impactos de diferentes ações políticas públicas tem sido há muito tempo objeto de intensa atividade intelectual das Ciências Sociais, em especial da Economia [...]. A crescente tomada de consciência de que alguns países e regiões melhor enfrentam problemas econômicos e sociais crônicos vem estimulando uma reflexão específica sobre suas causas, bem como sobre o desenvolvimento regional e suas especificidades.

[...] Os projetos de intervenção no desenvolvimento sempre são necessários e são, principalmente, de iniciativa pública. Exigem estudos

específicos, diagnósticos precisos, para compreender a dinâmica do contexto em que as ações serão postas em prática. (TRENNEPHOL, 2012, *apud* SIEDENBERG, 2012, p. 376).

Do ponto de vista de Da Silva e de Souza-Lima (2010), apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas. Esse é o momento de transformações estruturais que propicia o debate e a ação por uma reorganização da estrutura do poder no País e que permite a inserção de interesses amplos e de um modelo pluralista de governo.

## **2.2 Políticas Públicas**

Conforme Lucchese (2004) *apud* Da Silva e De Souza-Lima (2010), Políticas Públicas podem ser definidas como todas as ações de governo e podem ser divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, especial e cultural.

De modo geral, as políticas públicas buscam atender aos interesses do governo, principalmente o legado pelo sistema capitalista, que dificulta o desenvolvimento humano, o qual, para Sen (2010), além de melhorar a qualidade de vida, influencia as habilidades produtivas das pessoas, e, portanto, o crescimento econômico (CAMOZZATO, PERONDI, DE MELLO, 2015, p. 103).

Para Bobio; Matteuccio; Pasquino (1993); Sandroni (1994) *apud* Da Silva e De Souza-Lima (2010), as políticas variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais, como partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de organização social.

A política pública é um exercício constante do setor público, que retorna para a população as contribuições que ela realiza ao pagar impostos, alíquotas, taxas e tarifas. Os retornos consistem na solução de problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infraestrutura, entre outros, pela atividade dos órgãos públicos, que se articulam visando atender aos anseios do Estado. (DA SILVA E DE SOUZA-LIMA, 2010, p. 36)

Do ponto de vista de Allebrandt (2012) *apud* Siedenberg (2012), mais que a eficiência, há necessidade de eficácia e efetividade nas políticas públicas, que cada vez mais devem contar com a participação da sociedade na sua definição, mas também no monitoramento da sua execução e permanente avaliação.

É nesse contexto que Aprile e Barone (2008) afirmam que se insere a discussão sobre o acesso ao ensino superior, temática que envolve não só os estudos das políticas públicas e dos

mecanismos que levam à tomada de decisão, como também suas implicações nos modelos de avaliação em educação.

Para Cury (2005), os programas de acesso ao ensino superior inserem-se no âmbito das políticas inclusivas compensatórias posto que visam corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Esses programas buscam equilibrar uma situação sempre que a balança tende a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando, ao mesmo tempo, os princípios de igualdade com o da equidade, compreendida como a melhor escolaridade. Buscam também atender à dimensão de uma inserção profissional mais qualificada mediante uma base maior de inteligência, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Aprile e Barone (2008) destacam ainda que dentre as políticas que têm o foco no acesso ao ensino superior destacam-se o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Voltados para a população de baixa renda, são considerados políticas inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas.

### **2.3 Instituições de Ensino Superior no Brasil**

Conforme Camozzato, Alves e Diehl (2012), as instituições de ensino são organizações cujo produto é um serviço, caracterizado pela estreita ligação entre o objeto (aluno) e o propósito da organização e, também, pela dificuldade em avaliar objetivamente a sua eficiência e eficácia.

Martins (1999) comenta que não podem ser comparados professores com operários ou gerentes, nem alunos à matéria-prima, ou seja, nas escolas a gestão está ligada especificamente a fatores humanos e político-sociais, variáveis difíceis de serem controladas e que tornam a avaliação das instituições de ensino complexa.

As IES estão vinculadas ao sistema federal de ensino ou aos sistemas estaduais e municipais. O sistema federal de ensino, conforme o Art. 16 da Lei nº 9.394/96, compreende:

- I – as instituições de ensino mantidas pela União;
- II – as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada;
- III – os órgãos federais de educação.

As IES públicas federais são subordinadas à União, podendo se organizar como autarquias (em regime especial) ou fundações públicas.

As IES privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo ser classificadas em:

- Particulares: instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, não tendo as características das demais, apresentadas a seguir:
- Comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos. Devem incluir, na sua entidade mantenedora, representante de comunidade.



- Confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específica e ao disposto no item anterior.

- Filantrópicas: na forma da lei, são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para os quais instituídas, colocando-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (art. 20, Lei 9.394/96).

## **2.4 Cenário do Ensino Superior no Brasil**

Conforme dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2015), divulgados pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC (2015), o número de matrículas em cursos presenciais nas instituições públicas e privadas de ensino superior no país cresceu cerca de 130% entre 2000 e 2013. Em 2013, havia cerca de 4,4 milhões de alunos matriculados nas instituições privadas e 1,8 milhão nas instituições públicas e, em 2000, a rede privada tinha 1,8 milhão de estudantes matriculados e a pública, 887 mil.

A maior parcela dos estudantes que está no ensino superior privado vem de escolas públicas. Dos matriculados, quase 70% cursaram o ensino médio em escolas públicas e 30% em escolas privadas.

Há que se destacar também que, de acordo com dados do INEP (2016), disponibilizados pelo G1 (2016), caiu o número de novos alunos no ensino superior tanto na rede pública (-2,6%) quanto na rede privada (-6,9%) entre 2014 e 2015. A queda ocorre no mesmo período em que o governo federal mudou regras e reduziu a oferta de novos contratos de financiamento para quem quer estudar na rede privada usando o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Entidades do setor indicaram que o quadro, somado à crise econômica, ainda reflete nas matrículas deste ano.

A evolução nos ingressantes na rede pública era constante desde 2009, culminando com o aumento, entre 2013 e 2014, de 16% no total de novos alunos, passando de 2.211.104 ingressantes para 2.562.306. Também foi neste mesmo período que o gasto do governo federal com o Fies saltou de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 12,2 bilhões.

## **2.5 Programas Federais de Acesso de Estudantes no Ensino Superior**

Conforme o Portal do ProUni (2016), o Programa Universidade para Todos (ProUni), somado ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliaram significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior.

Para ter acesso a boa parte destas políticas públicas, um dos pré-requisitos é a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



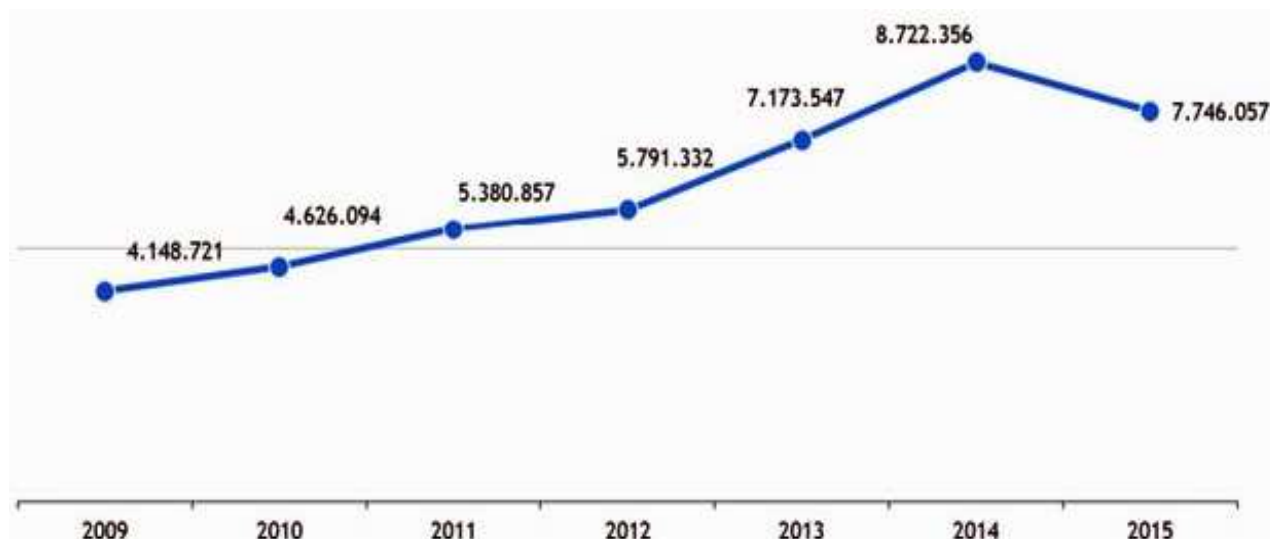
### 2.5.1 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Conforme o site Dialoga Brasil (2015), O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abre portas para que todos os brasileiros trilhem, em igualdade de condições e de acordo com seus méritos como estudantes, um caminho de oportunidades por meio dos ensinos técnico e superior.

Na edição de 2016, de acordo com o site UOL Educação (2016), o Enem teve 9,2 milhões de inscritos e se consolidou como o maior exame deste tipo no Brasil e o segundo maior no mundo.

Com o Enem, várias possibilidades se abrem para o estudante, de acordo com o seu desempenho nos exames.

O gráfico 1 apresenta a evolução do número de inscritos no ENEM, de 2009 a 2015.



Fonte: <http://g1.globo.com/educacao> (2015)

Gráfico 1: Evolução do número de inscritos, de 2009 a 2015

Conforme verifica-se na figura 1, as inscrições ao ENEM têm crescido ano após ano, tendo tido apenas queda de 2014 para 2015, sendo que para a edição de 2016 atingiram novo recorde, com um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior.

### 2.5.2 Programa Universidade para Todos (ProUni)

Conforme o site do ProUni (2016), o programa tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

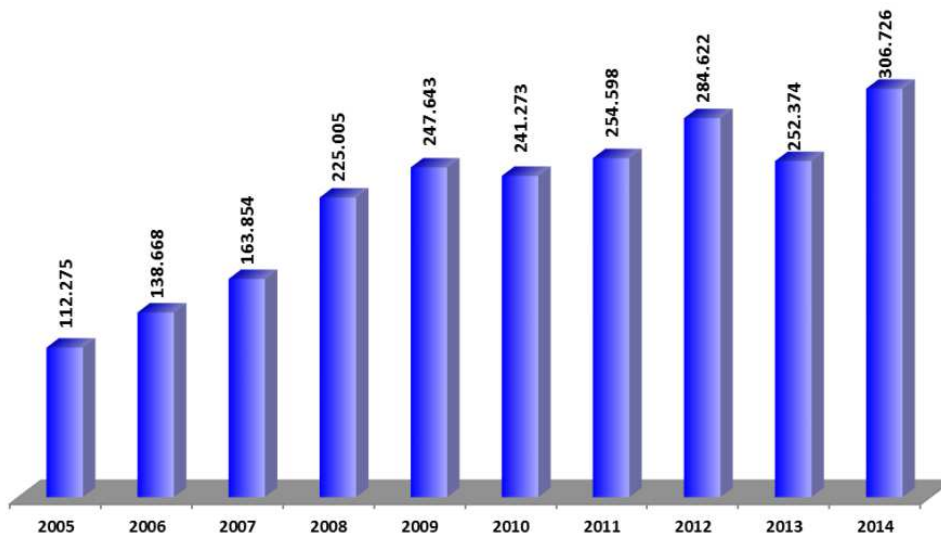
O programa possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Considerando o perfil diversificado de nossa população, com famílias distribuídas dentre as diferentes classes sociais, o Estado Brasileiro criou e mantém projetos que facilitam o acesso de alunos e professores à educação superior e ajudam a melhorar a qualidade de ensino das instituições federais. Dentre estes programas, cita-se o ProUni.

O ProUni, de acordo com o MEC (2016), tem aumentado a oferta de bolsas de ano pra ano. Em 2014, o crescimento foi de 17%, sendo que desde a sua implantação, em 2005, o crescimento chega a quase 200%, conforme demonstrado na figura 2. Além dos quantitativos disponível na referida figura, o MEC informa que em 2015 e 2016 foram ofertadas cerca de 330 mil bolsas por ano, ou seja, atingindo novos recordes no programa. Analisando os dados apresentados, verifica-se que já foram ofertadas mais de 3 milhões de bolsas desde a sua criação até hoje.

O estado do Rio Grande do Sul foi o quarto que mais ofereceu bolsas no 1º semestre de 2015, demonstrando a abrangência que este programa tem a nível de Brasil e também regionalmente, demonstrado pelos dados apresentados na figura 2.

O gráfico 2 demonstra a importância e abrangência do ProUni como política pública, pois, conforme dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2015), o número de matrículas em cursos presenciais das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e públicas cresceu 129% entre os anos de 2000 e 2013. No ensino a distância o crescimento foi de 37,5%, o que reflete um aumento de 50% na rede privada e uma queda de 10,5% na rede pública de ensino superior.



Fonte: SISPROUNI (2016)

Gráfico 2: Bolsas disponibilizadas pelas IES, no PROUNI, de 2005 a 2014

Pensando no número de alunos matriculados, em 2000, eram 1,8 milhão de estudantes nas IES privadas e 887 mil nas públicas. Em 2013, o índice deu um salto, contabilizando um total de 4,4 milhões de matriculados na rede particular e 1,8 milhão na pública. Outro dado interessante é que a maior parcela dos estudantes que estão cursando o ensino superior vem de escolas públicas, totalizando 70% dos matriculados.

Além disso, o levantamento indicou que quase metade dos 49 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada não têm nível superior completo e só concluíram os estudos até o ensino médio. Do total, apenas 18,5% tem diploma de formação acadêmica. O estudo concluiu que a taxa de evasão anual dos cursos presenciais em 2013 atingiu 27,4% na rede privada e 17,8% na pública. Para tanto, o mapa traz dados sobre os contratos do FIES indicando que em 2014 foram firmados 732 mil contratos e, no primeiro semestre de 2015, 253 mil.

### 3. Metodologia

Para Lakatos e Marconi (2003), Método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Do ponto de vista de Gil (2002), a Metodologia “descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.





Este estudo utilizou-se de procedimentos metodológicos que são definidos como: Abordagem, Procedimentos e Técnicas.

## **2.1 Abordagem**

Conforme Prodanov e De Freitas (2013), “esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações”.

Seguindo os mesmos autores, “podem ser incluídos, neste grupo, os métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Cada um deles se vincula a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar como se processa o conhecimento da realidade. O método dedutivo relaciona-se ao racionalismo; o indutivo, ao empirismo; o hipotético-dedutivo, ao neopositivismo; o dialético, ao materialismo dialético e o fenomenológico, à fenomenologia. A utilização de um ou outro método depende de muitos fatores: da natureza do objeto que pretende-se pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador.

Neste estudo, foi utilizada a abordagem dedutiva, que, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9).

Também, utilizou-se de abordagem quantitativa, a partir da análise dos percentuais resultantes dos questionamentos aplicados, bem como qualitativa, buscando relacionar os resultados a aspectos que não são possíveis de serem quantificados, referentes ao contexto sócio, econômico e cultural.

## **2.2 Procedimentos**

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), Procedimentos “constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular. Nas ciências sociais os principais métodos de procedimento são:

- histórico
- comparativo
- monográfico ou estudo de caso



- estatístico
- tipológico
- funcionalista
- estruturalista

Para Gil (2008) *apud* Prodanov e De Freitas (2013), “esses métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais.”

Para o desenvolvimento desse estudo, foram utilizados os procedimentos histórico, comparativo e estudo de caso, a partir da análise do perfil da amostra da pesquisa, e então, comparados os resultados para o atingimento dos objetivos propostos.

## 2.3 Técnicas

Conforme Lakatos e Marconi (2006), “Técnicas são consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados. Apresentam duas grandes divisões: *documentação indireta*, abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica e *documentação direta*. Esta última subdivide-se em:

- observação direta intensiva, com as técnicas da observação e da entrevista;
- observação direta extensiva, apresentando as técnicas de questionário, formulário, medidas de opinião e de atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida e pesquisa de mercado”.

As técnicas utilizadas foram de observação direta extensiva, com a aplicação de questionário e medidas de opinião e de atitudes, para os beneficiados com bolsa do PROUNI.

## 3 Resultados e Discussões

Considerando os objetivos do estudo, aplicou-se uma pesquisa com questões fechadas, aos bolsistas de uma IES localizada na região Noroeste do RS. A IES possui 10 cursos superiores, com 1200 acadêmicos, e em torno de 200 bolsistas integrais, sendo que a mesma foi aplicada através da ferramenta online Google Docs, no período de 26/10 a 04/11/2016, retornando 68 questionários respondidos.

Os gráficos 3 e 4 apresentam informações que retratam o perfil dos bolsistas que responderam à pesquisa.

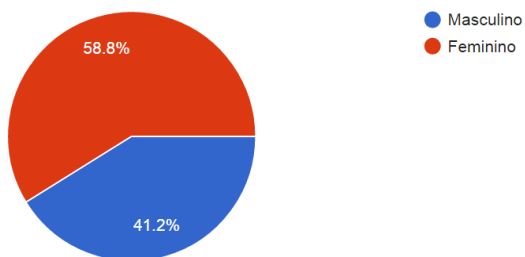
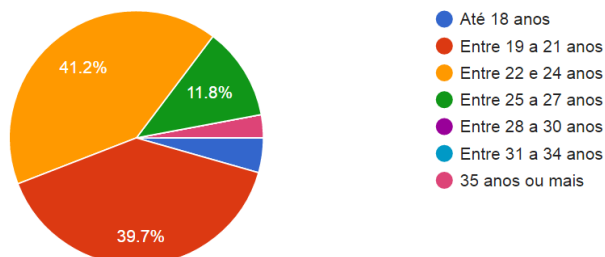


Figura 3: Gênero



4) Faixa Etária

Conforme pode-se verificar na figura 3, os respondentes do sexo feminino correspondem à 59%, enquanto que do sexo masculino são 41%. Por mais que há uma considerável diferença entre os gêneros, não é possível tirar conclusões que justificam isso, a não ser a questão da maior aderência do sexo feminino à pesquisa, por não ter-se informações sobre o perfil de gênero de toda população do ProUni nesta IES.

A grande maioria, mais de 80%, estão na faixa etária de 19 a 24 anos de idade, evidenciado na figura 4, o que demonstra que os bolsistas desta IES são geralmente jovens, dentro da faixa de escolaridade considerada adequada pelo MEC para este nível de ensino. Neste caso, mesmo não tendo-se o perfil etário da população do ProUni nesta IES, os dados apresentados apontam uma preponderância deste perfil na amostragem respondente.

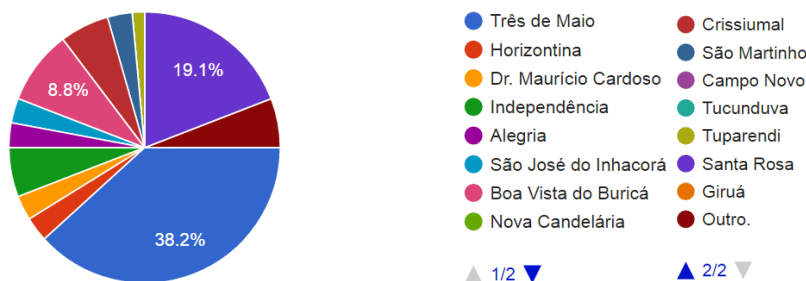
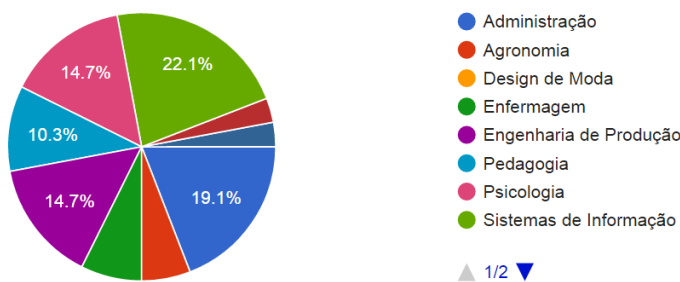


Figura 5: Município em que reside

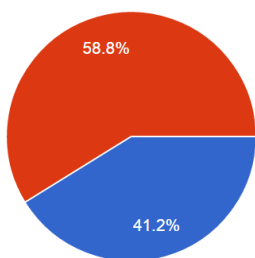
Dentre os municípios de origem dos bolsistas, a figura 5 aponta que 38% são de Três de Maio, ou seja, sede do campus da IES, e outros 19% são de Santa Rosa. Verifica-se que os municípios maiores e mais próximos à IES somatizam o maior número de bolsistas.



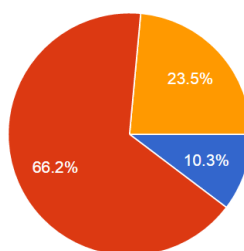
- Redes de Computadores
- Laticínios

Figura 6: Curso em que está matriculado

Os cursos de Enfermagem, Pedagogia, Engenharia de Produção e Psicologia foram os maiores respondentes, de acordo com a figura 6, totalizando mais de 2/3 do total.



- Sim
- Não

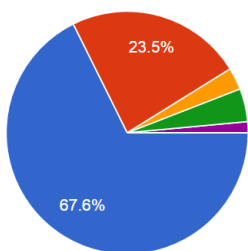


- Sim, em tempo parcial
- Sim, em tempo integral
- Não

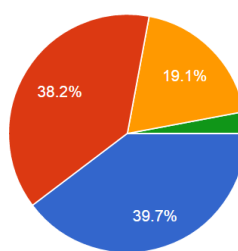
Figura 7: Se cursava faculdade antes da bolsa

Figura 8: Se trabalhava antes da bolsa

Em relação à situação anterior à contemplação com a bolsa do ProUni, a figura 7 demonstra que a maioria, quase 59%, não cursava faculdade, porém, na figura 8 se verifica que 2/3 trabalhavam em tempo integral. Isso evidencia a importância do programa para esta parcela de bolsistas, pois necessitam trabalhar, o que não garante a possibilidade de cursar ensino superior, por fatores diversos.



- Continuam nessa faixa de renda
- Melhorou um pouco
- Melhorou muito
- Piorou um pouco
- Piorou muito



- Continuam na mesma
- Melhoraram um pouco
- Melhoraram muito
- Pioraram um pouco
- Pioraram muito

Figura 9: Renda do grupo familiar a partir da bolsa

Figura 10: Oportunidades profissionais

Um aspecto que merece destaque é em relação à figura 9, pois para 2/3 dos respondentes a situação de renda continua na mesma, e para 23,5% melhorou um pouco, o que justifica-se em função de que os bolsistas estão distribuídos entre diferentes cursos e períodos letivos, não sendo possível evidenciar a contribuição do ProUni na melhoria da situação financeira a partir da forma que o questionamento foi elaborado. Já na figura 10, 78% responderam que não tiveram mudanças substanciais em relação às oportunidades de trabalho e de crescimento profissional, porém, para 19%, elas melhoraram muito, o que já é relevante para avaliar os efeitos do programa dentre os beneficiados diretamente.

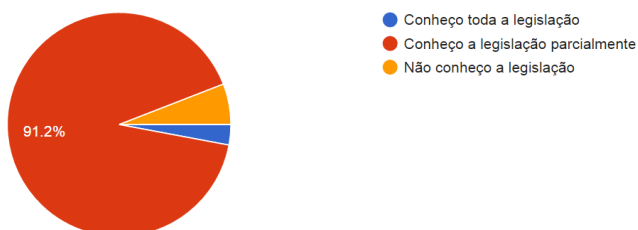


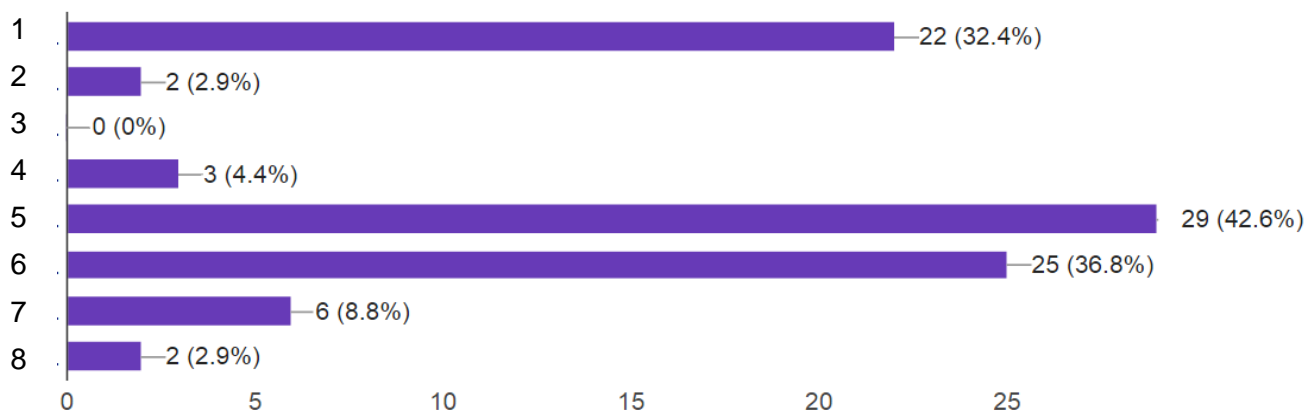
Figura 11: Legislação do PROUNI



Figura 12: Prioridade de estágio na Caixa

Em relação ao conhecimento da legislação do ProUni, a figura 11 evidencia o desconhecimento da grande maioria, mais de 91% dos respondentes. Isso demonstra a falta do interesse em ampliar seus conhecimentos sobre o mesmo, ou ainda, a falta de uma maior divulgação em relação à esta temática. Não muito diferente, em relação às oportunidades ampliadas que o ProUni proporciona, a figura 12 demonstra que a grande maioria não sabe que a Caixa Econômica Federal priorizava bolsistas em seus programas de estágio.





- 1 - Aumento da renda máxima per capita
- 2 - Redução da renda máxima per capita
- 3 - Maior rigor na renovação das bolsas
- 4 - Menor rigor na renovação das bolsas
- 5 - Ampliar as possibilidades de troca de cursos para além das áreas afins
- 6 - Ampliar a bolsa permanência para mais estudantes
- 7 - Ampliar a fiscalização com os bolsistas contemplados
- 8 - Outras mudanças

Figura 13: Mudanças que julga necessárias no ProUni (mais que uma resposta possível):

Quando questionados sobre mudanças no ProUni, verifica-se na figura 13 que 42% sugeriram ampliar a possibilidade de troca de cursos para além das áreas afins, o que atualmente não é permitido. Para quase 37%, a ampliação da bolsa permanência para mais estudantes é apontada como relevante. E ainda, destaca-se o aumento da renda máxima per capita, que hoje é de 1 salário mínimo e meio para bolsa integral e 3 salários para bolsa parcial.

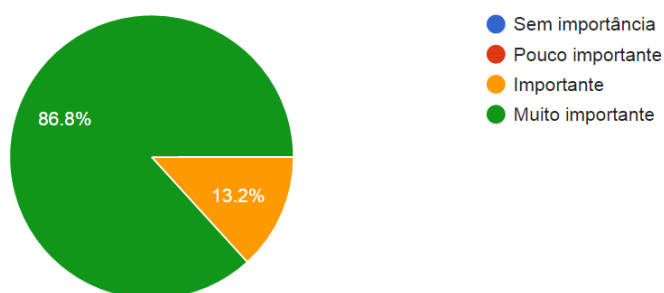


Figura 14: ProUni como política de inclusão

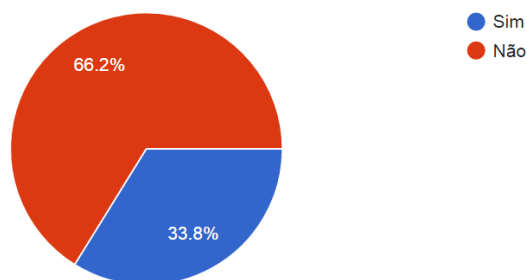


Figura 15: ProUni como política de inclusão

Ao serem questionados em relação à importância do ProUni como política de inclusão acadêmica e social, a figura 14 demonstra que a totalidade o consideram importante ou muito importante. Porém, na figura 15 verifica-se que 1/3 dos respondentes confirmam que vivenciam dificuldades em relação à permanência no curso e/ou na faculdade, o que comprova que somente a bolsa não garante a permanência dos bolsistas na IES ou no programa.

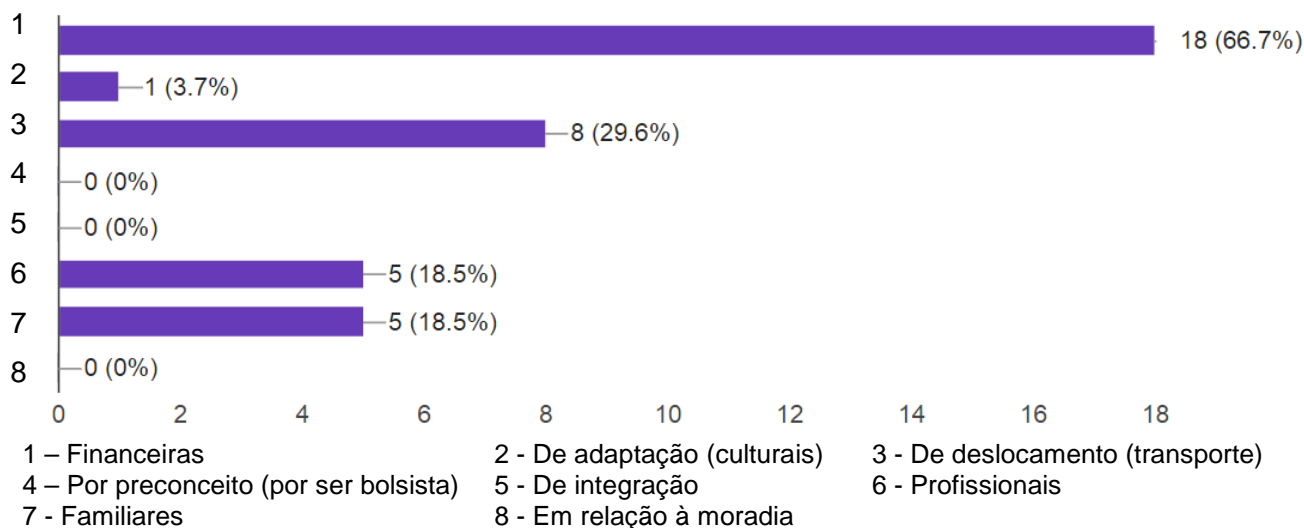


Figura 16: Se sim na questão 10b, qual(is) dificuldade(s)? (mais que uma resposta possível)

Entre as dificuldades apontadas, 2/3 apontam as financeiras como as mais impactantes, de acordo com a figura 16, e quase 30% apontam o deslocamento como fator relevante. Reforça-se nessa questão de que nem sempre a bolsa por si só é suficiente para permitir que uma parcela dos bolsistas consiga se manter estudando, sem outras alternativas de suporte.

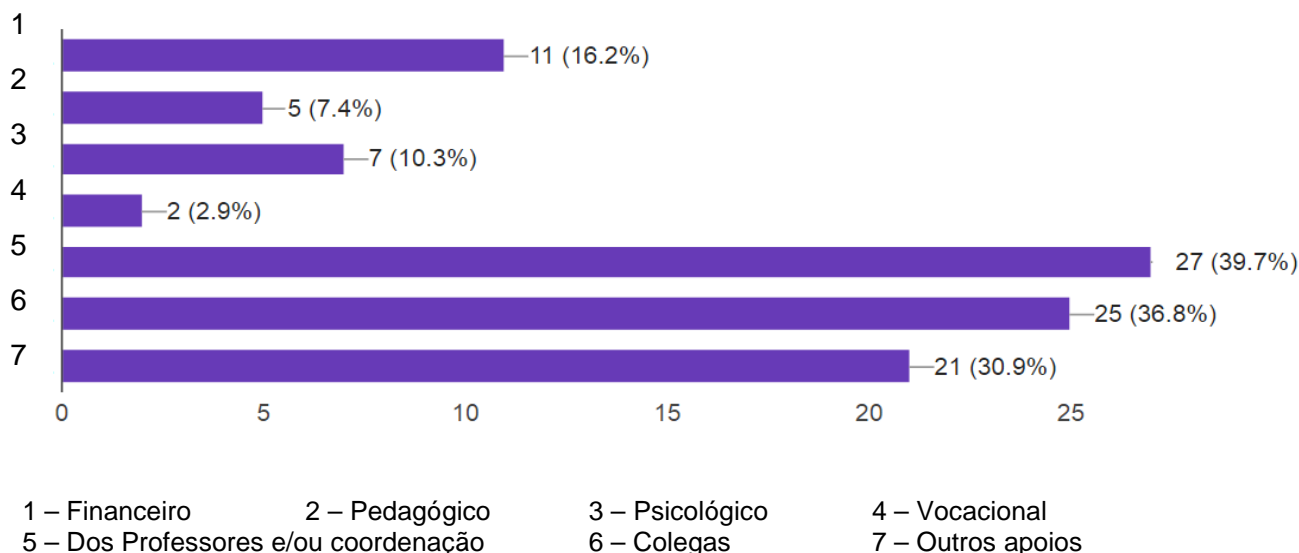
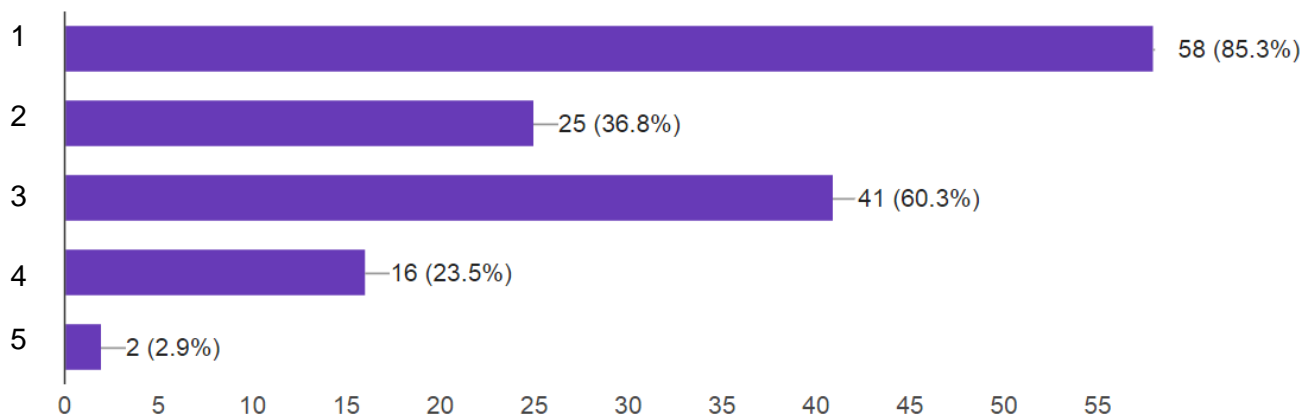


Figura 17: Apoio recebido na universidade para superar as dificuldades apontadas na questão 11 (mais que uma resposta possível)

Para amenizar ou superar as dificuldades apontadas, cerca de 40% apontam, conforme verifica-se na figura 17, que o apoio de professores e/ou da coordenação foram importantes para superar as dificuldades, além de quase 37% apontarem o apoio dos colegas também importantes. Além disso, 31% apontaram outros apoios para a superação dessas dificuldades anteriormente apontadas.



1 - Aprendizagem e produção de conhecimento (leitura, produção de textos, articulação verbal e escrita, etc.)

2 - Aspectos culturais (ampliação do acesso à produção cultural, leitura de jornal, Internet, cinema, museu, músicas, outros)

3 - Aspectos sociais (de interação, convivência, aceitação em grupos sociais e de amizade)

4 - Aspectos financeiros

5 - Outro(s) aspecto(s)

Figura 18: Mudanças vivenciadas após o ingresso na universidade (mais que uma resposta possível)

Por fim, destaca-se na figura 18 que mais de 85% dos respondentes apontaram como que a principal mudança vivenciada após o ingresso na universidade foi a Aprendizagem e produção de conhecimento (leitura, produção de textos, articulação verbal e escrita, etc.), seguida de Aspectos sociais (de interação, convivência, aceitação em grupos sociais e de amizade). Isso confirma a importância do ProUni como política pública de inclusão social, em sentido amplo e irrestrito.

## CONCLUSÃO

O estudo apontou informações que são um diagnóstico de uma amostra considerável de bolsistas de um dos mais impactantes programas de ingresso no ensino superior. Porém, como tratou-se de um estudo de caso, não pode-se generalizar seus resultados.

Dentre o perfil, verifica-se que a grande maioria dos beneficiados pelo ProUni são estudantes jovens, que concluíram o ensino médio a poucos anos, e que residem próximos à IES em que conquistaram a bolsa. Isso evidencia que, por mais que são bolsistas integrais, a dificuldade financeira contribui para que estudem na região em que residem.

A pesquisa também demonstrou que os resultados da bolsa e do ingresso no ensino superior não são possíveis de serem avaliados no curto prazo, por mais que uma parcela relevante dos respondentes já percebe melhorias em relação às oportunidades de trabalho e crescimento profissional.

Destaca-se a desinformação em relação à legislação do programa, o que tem refletido em perdas de oportunidades de estágio. Verifica-se que apontam mudanças que poderiam contribuir

para a melhoria do ProUni, mas algumas divergem inclusive da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, como a sugestão de possibilitar a mudança de curso entre áreas distintas, o que reforça a percepção do desconhecimento da legislação apontada anteriormente.

Por fim, destacam as dificuldades enfrentadas durante o curso, as quais foram amenizadas ou suprimidas pelo conjunto da comunidade acadêmica, sendo relevada a evolução sob diversos sentidos a partir do ingresso no ensino superior através da bolsa do ProUni.

Dessa forma, reforça-se o papel do Prouni como política pública de ingresso ao ensino superior, contribuindo de forma relevante com o desenvolvimento pessoal e profissional dos beneficiados, tanto de forma direta, através dos bolsistas, como de forma indireta, através da melhoria da qualidade de vida de suas famílias, das organizações e do desenvolvimento da educação do Brasil como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M., (2008). **Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho – o Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão**. VI Congresso Português de Sociologia: mundos sociais, saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

**Brasil teve aumento de 80% de concluintes do Ensino Superior em 12 anos**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/04/brasil-teve-aumento-de-80-de-concluintes-do-ensino-superior-em-12-anos>. Acessado em 28/12/2016.

BRASIL, DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acessado em 04/11/2015.

BREITENBACH, M., ALVES, T. W., DIEHL, C. A. **Indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino de educação básica**. Contabilidade Vista & Revista, Vol. 21, nº 3 (2010). Disponível em <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/734>. Acessado em 04/11/2015.

CAMOZZATO, S. T., PERONDI, M. A., DE MELLO, N. A., (2015). **Políticas Públicas de Inclusão Digital: desafios educacionais na sociedade contemporânea**. Colóquio – Revista de Desenvolvimento Regional: Faculdades Integradas de Taquara. V. 12, n. 1, jan/jun. 2015 – Taquara: FACCAT.

**Censo mostra queda de novos alunos no ensino superior**. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/censo-mostra-queda-de-matriculadas-na-rede-publica-de-ensino-superior.ghtml>. Acessado em 28/12/2016.

CURY, C. R. J., (2005). **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa (35), n. 124, SP, FCC, p. 11-32.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



DA SILVA, C. L., DE SOUZA-LIMA, J. E. (Org.), (2010). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva.

DIALOGA BRASIL. Ensino Superior: **Um caminho de oportunidades com o Enem: Sisu, Prouni, Fies, Ciência sem Fronteiras**. Disponível em <http://dialoga.gov.br>. Acessado em 02/11/2015.

**Evolução das inscrições no ENEM – 2009 a 2015**. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/07/enem-2015-tera-77-milhoes-de-candidatos-11-menos-que-em-2014.html>. Acessado em 28/12/2016.

**Fies, Fundo de Financiamento Estudantil**. Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acessado em 19/10/2015.

GIL, A. C., (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_, (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas.

**INSCRITOS ENEM 2016**. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/23/enem-2016-registra-92-milhoes-de-inscritos.htm>. Acessado em 28/12/2016.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. DE A., (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_, (2006b). **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas.

**Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/educacao>. Acessado em 21/10/2015.

MARTINS, J. P., (1999). **Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. 2º Ed. São Paulo: Atlas.

PRODANOV, C. C., DE FREITAS, E. C., (2013). **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Feevale.

**PROUNI, Programa Universidade para Todos**. Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acessado em 28/12/2016.

**REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br>. Acessado em 02/11/2015.

SIEDENBERG, D. R., (Org.), (2012). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 400 p. – (Coleção Gestão e Desenvolvimento).



VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



**SISU, Sistema de Ensino Superior no Brasil.** Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>. Acessado em 19/10/2015.

TRENNEPOHL, D., (2011). **Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional.** Ijuí: Ed. Unijuí, 288 p.

**UAB, Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em <http://uab.capes.gov.br/>. Acessado em 02/11/2015.